

Na pauta, reforma e CPMF

Governo federal tentará aprovar as duas propostas ainda este ano

Sandra Nascimento
de Brasília

Até o final deste ano, todas as atenções do governo federal vão estar voltadas para a tramitação de duas das mais polêmicas propostas do programa de ajuste fiscal apresentado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan: a conclusão da reforma da Previdência Social e o aumento da alíquota para cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Para garantir o cronograma de votações esperado pelo Palácio do Planalto, as duas propostas precisarão ser aprovadas até o final deste ano e exigem, para sua aprovação, um mínimo de 308 votos, de um total de 513 deputados.

A emenda da Previdência Social está agendada para a próxima semana. O líder do governo federal na Câmara dos Deputados, o tucano Arnaldo Madeira (SP), acredita que será possível votar e aprovar os três pontos ainda pendentes num único dia, no máximo em dois. Mas os opositores à proposta, entre eles o deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), já se armam com representações junto à Justiça.

Para concluir a votação da emenda falta garantir a aprovação da idade mínima — de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres — para a aposentadoria dos atuais contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conhecida como a “regra de transição”; a aposentadoria especial para os trabalhadores em atividade insalubre e a pre-

vidência complementar para os funcionários públicos dos estados e municípios. A apreciação de cada um desses pontos destacados pela oposição exigirá dos líderes governistas um mínimo de 308 votos para a manutenção da proposta original. Se o governo federal for derrotado, continuam a valer as regras atuais.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, será possível, somente com a “regra de transição” fazer uma economia de até R\$ 1,7 bilhão. O problema é que a exigência de uma idade mínima já caiu, em votação do plenário, para aqueles trabalhadores que ainda entrarão no mercado de trabalho, transformando-se assim, em regra geral. O anúncio de que a nova PEC (Proposta de Emenda Constitucional), semelhante, será novamente enviada ao Congresso Nacional, é uma forma de tentar garantir a regra de transição.

A emenda que possibilitará o aumento da alíquota da CPMF também está pronta para ir a plenário, na Câmara dos Deputados. Sua aprovação exige 308 votos em dois turnos naquela Casa e mais 41 votos, também em dois turnos, no Senado Federal. Por ser uma contribuição e não um imposto, a CPMF poderá entrar em vigor no mesmo ano de sua aprovação pelo Congresso Nacional, exigindo-se um prazo mínimo de 90 dias. Tempo esse que o governo federal poderá tentar encurtar para 60 dias.

Já a regulamentação da reforma administrativa é fundamental para que os estados e municípios façam seu próprio ajuste fiscal, e não deverá enfrentar problemas mais sérios para ser aprovada no Congresso. São dois projetos de lei ordinária, que necessitam apenas da maioria dos votos dos deputados presentes em plenário, e um de lei complementar, que exige 257 votos.

Outro projeto fundamental para os estados e municípios — a regulamentação da chamada “Lei Camata” — também virá como projeto de lei complementar. Tanto esse como os demais textos da área administrativa já estão na Casa Civil da Presidência da República, prontos para irem a plenário. Os demais ainda estão em fase de estudos.

“Estamos trabalhando nisso e deveremos ter um levantamento pronto até o final desta semana”, informou ontem o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Graef, referindo-se à definição da forma que cada uma das propostas terá para ser enviada ao Congresso Nacional.

Há pontos do programa de ajuste fiscal do governo federal que, a exemplo da contribuição previdenciária aos servidores públicos inativos da União, sequer têm forma definida, já que tentativas anteriores foram derrotadas no Congresso Nacional, seja como proposta de emenda constitucional (PEC), projeto de lei ou Medida Provisória (MP).

A aprovação dos dois pontos mais polêmicos do ajuste vão exigir os votos de 308 deputados, de um total de 513